



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

J. Amorim
rua

341/2018

**CONTRATO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO
DE FAIXAS DE INTERRUPÇÃO DE
COMBUSTÍVEL (FIC) ANP NO ÂMBITO DA
CANDIDATURA AO FUNDO FLORESTAL
PERMANENTE – FIC – ANP-PREVENÇÃO DE
FOGOS FLORESTAIS, PELO VALOR
GLOBAL DE 57.012,00€, AO QUAL
ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL**

Aos vinte e quatro dias do mês de Agosto do ano 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **SUBERAMBIENTE, LDA.**, com sede na Rua Dr. Cândido Guerreiro, n.º 47 – 5.º Frente - Faro, com o capital social de 200,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 510921248, representada por **JOSÉ EZEQUIEL BOUÇA**, portador do cartão de cidadão número 08485384 O ZZ5, válido até 28 de Novembro de 2018, contribuinte número 193492814, na qualidade de gerente da empresa, com poderes para o acto conforme da certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **19 de Julho de 2018**, e na sequência de Concurso Público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 118, II Série de 21 de Junho de 2018, foi adjudicado à firma **SUBERAMBIENTE, LDA.**, o contrato de “**SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE FAIXAS DE INTERRUPÇÃO DE COMBUSTÍVEL (FIC) ANP NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO FUNDO FLORESTAL PERMANENTE – FIC – ANP – PREVENÇÃO DE FOGOS FLORESTAIS**”, pelo valor global de **57.012,00€ (cinquenta e sete mil e doze euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
2
[Handwritten signature]

patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.20.04.**-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **5541** e o LCPA n.º **5719**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objecto do contrato consiste na contratação de serviços de realização de faixas de interrupção de combustível (FIC) ANP no âmbito da Candidatura ao Fundo Florestal Permanente – FIC – ANP – Prevenção de fogos florestais, conforme descrito na parte II do caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: A prestação de serviços deverá ser totalmente executada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da assinatura do contrato;--

QUARTA: O prestador de serviços obriga-se a cumprir o artigo 4º do caderno de encargos, que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais;-----

QUINTA: O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante;-----

SEXTA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

a) No caso de ocorrer atraso no prazo máximo de execução dos serviços será aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor global da prestação de serviços por cada dia útil de atraso, até ao limite de 20% do preço contratual.-----

b) No caso de deficiência na execução da prestação de serviços poderá ser aplicada uma pena pecuniária no valor de 10% do valor global da prestação de serviços.-----

O valor das penalidades pecuniárias a aplicar é creditado a favor da Autarquia ou deduzido ao preço a pagar pelo serviço;-----

SÉTIMA: Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

3
f. 2
f. 1

as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 9 da parte I – clausulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----

OITAVA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

a) quando se verifique um atraso superior a 20 dias relativamente ao prazo máximo de execução da prestação de serviços.-----

b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.-----

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.-----

NONA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:-----

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

4
f
p
rnc

DÉCIMA: O adjudicatário será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à entidade adjudicante e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito da prestação de serviços contratada.-----

O adjudicatário fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à entidade adjudicante ou a terceiros, que deverá apresentar à Entidade Adjudicante antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o seja solicitado;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: As quantias devidas por cada serviço pela entidade adjudicante devem ser pagas no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após vencimento da obrigação respectiva.-----

Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o termo do serviço requisitado e desde que este tenha ocorrido em conformidade com o caderno de encargos.-----

Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;-----

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

DÉCIMA TERCEIRA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA QUARTA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Telma Guerreiro, Técnica Superior do Serviço Municipal de Protecção Civil, Segurança e Florestas. -----

DÉCIMA QUINTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 19 de Julho de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte três anexos:-----

Anexo 1 - Caderno de Encargos;-----

Anexo 2 - Convite;-----

Anexo 3 - Proposta do adjudicatário.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

SUBERAMBIENTE, LDA

NIF: 510 927 248

A Gerência

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,